

# Accumulation and Demand Regimes in a Regional Kaleckian Framework: A Brazil Inspired Model

David Guimarães Coelho \*  
Fabrício José Míssio †  
Gilberto de Assis Libânio ‡

## Abstract

The present work introduces some regional development aspects into a kaleckian model with a clear inspiration in the brazilian case. We structure a formal model admitting a national economy that may be divided in two regions: a developed and an underdeveloped one. In order to characterize them we assume different propensities to consume, distinct bargaining power processes directly affecting mark-up rates and a non-linear effect of the profit share on investment. Once we introduce these aspects, we allow the discussion of distinct regimes of accumulation and demand for different regions within the same national economy.

**JEL Codes:** R11, E11, O11

**Keywords:** kaleckian models. regional development. demand and accumulation regimes.

**Área Temática:** 2. Teoria Econômica e Economia Aplicada

---

\*Doutorando no Programa de Economia do Desenvolvimento, Universidade de São Paulo

†Professor Efetivo da Universidade Federal de Minas Gerais

‡Professor Associado da Universidade Federal de Minas Gerais

# 1 Introdução

A abordagem kaleckiana divide a sociedade capitalista em duas estruturas de classe distintas; em geral, capitalistas e trabalhadores. As principais hipóteses subjacentes ao modelo envolvem diferentes propensões marginais a consumir e possíveis deficiências de demanda efetiva em um cenário oligopolista. Ao longo da literatura, enfatizou-se o papel duplo que os aumentos de salários têm com relação à demanda agregada. Primeiro, estes incentivam a atividade econômica sob a forma de um maior nível de consumo, dado que trabalhadores consomem mais do que capitalistas. E segundo, o papel destes aumentos na formação de maiores custos unitários em cenários de competição nacional e internacional. Tais custos se relacionam com a variável investimento através da importância da taxa de lucro realizada como *proxy* para a expectativa de rentabilidade futura.

A partir desse arcabouço teórico, a discussão centrou-se no problema da distribuição de renda, isto é, nos efeitos de alterações nos componentes funcionais da renda - mais particularmente, os salários e os lucros. Tais componentes são representados pelas classes de trabalhadores e de capitalistas, respectivamente. Assim, derivam-se dois principais regimes de demanda subsequentes: um regime de demanda é *wage-led* quando a demanda agregada, via utilização da capacidade, elevar-se após uma variação positiva da parcela de salários na renda; caso contrário, um regime de demanda é *profit-led* quando um aumento da parcela de lucros na renda estimular a demanda agregada.

Os primeiros modelos kaleckianos, cujo foco explicita a distribuição funcional da renda em um cenário de concorrência imperfeita e de capacidade ociosa endógena, são os modelos de [Harris \(1974\)](#) e [Asimakopulos \(1975\)](#). Neles, aumentos da taxa de *mark-up* dos lucros atuam contraindo o produto e o emprego. Tais modelos são estáticos e assumem a demanda por investimento como completamente exógena. Posteriormente, [Rowthorn \(1981\)](#), [Taylor \(1985\)](#) e [Dutt \(1987\)](#) assumem uma demanda por investimento através de um efeito acelerador, sendo os regime de acumulação e de demanda obrigatoriamente *wage-led*. Esses modelos foram denominados pela literatura como estagnacionistas. Contudo, [Blecker \(1989\)](#), [Bhaduri e Marglin \(1990\)](#) e [Taylor \(1990\)](#) mostram como isso pode ser revertido ao inserirem outros condicionantes, dando origem aos chamados modelos pós-kaleckianos/neokaleckianos. Nesse arcabouço, os regimes de acumulação e de demanda podem ser tanto *profit-led* como *wage-led*. A partir de então, avançou-se consideravelmente, tanto empírica ([BOWLES; BOYER, 1995](#); [STOCKHAMMER; ONARAN, 2004](#); [ONARAN; GALANIS, 2013](#)), como teoricamente. Os avanços teóricos centraram-se principalmente na variável investimento e não em mecanismos endógenos de distribuição de renda entre classes ([STOCKHAMMER, 2017](#)). Entre eles, há a inclusão de variáveis financeiras no ciclo ([LAVOIE, 1995a](#); [HEIN, 2007](#); [RYOO, 2013](#); [MICHPOULOU, 2014](#); [COELHO; CALDENTY, 2018](#)), a endogeneidade do progresso técnico ([LIMA, 2004](#); [STOCKHAMMER; ONARAN, 2004](#); [NAASTEPAD; STORM, 2010](#); [STORM; NA-ASTEPAD, 2013](#)), a questão dos *overhead labor costs* ([WEISSKOPF, 1979](#); [ROWTHORN, 1981](#); [LAVOIE, 1995b](#); [LAVOIE, 2016](#)), entre outros.

A questão do subdesenvolvimento, embora relativamente pouco explorada pelos modelos neokaleckianos tradicionais, encontrou alguma visibilidade em [Kalecki \(1976\)](#) e [Dutt \(1992\)](#). O primeiro afirma que o desemprego, nas regiões subdesenvolvidas, encontra maiores causas na escassez de capital e não em insuficiências de demanda. Já o segundo resolve um modelo em que a poupança da agricultura funciona para financiar um maior crescimento de um setor industrial Além disso, a indústria apresenta problemas de demanda e uma estrutura oligopolista, enquanto a agricultura é limitada pelo estoque de capital. Em concordância, [Taylor \(1983\)](#) também desenvolve um modelo de semelhante estrutura, mas para validar um modelo Norte-Sul. [Razmi \(2016\)](#) retoma o arquétipo estruturalista de subdesenvolvimento original ao afirma que economias de rendas mais baixas são frequentemente caracterizadas por uma estrutura de mercado de trabalho e de bens dual. Estas apresentam um setor moderno, exportador e competitivo convivendo ao lado de um setor mais tradicional e informal. O autor também adiciona ao seu diagnóstico que, como esses tipos de economia apresen-

tam alta importação de bens de capital e alta elasticidade-renda das importações, seu crescimento é consideravelmente mais limitado pelas restrições ao balanço de pagamentos.

Mais recentemente, alguns avanços elucidaram estruturas de dois setores de uma mesma economia, tentando incorporar a presença de heterogeneidade produtiva. Fujita (2018) desenvolve uma estrutura formal com bens intermediários. Nela, diferentes setores podem apresentar diferentes regimes de crescimento. Além disso, um aspecto crucial é sobre a convergência na taxa de crescimento entre eles no longo prazo, a qual depende crucialmente dos *animal spirits* subjacentes. Nishi (2018), por sua vez, endogeniza avanços de produtividade também em um modelo de dois setores - um setor de bens de investimento e outro de bens de consumo. Além disso, o autor argumenta sobre a possibilidade de regimes de produtividade respondendo diferentemente a impactos de distribuição de renda e ajustamentos em sistemas de equações simultâneas.

Mais especialmente em países em desenvolvimento, segundo a abordagem estruturalista, o crescimento econômico é marcado pela heterogeneidade produtiva (FURTADO, 1964; PINTO, 1970). Entretanto, apesar de uma análise de subdesenvolvimento robusta necessitar incorporar uma análise de heterogeneidade produtiva e espacial, essa literatura não incorporou uma questão regional contundentemente. Isso amplia o escopo da discussão dos regimes de demanda para além do já apresentado. Há, portanto, a necessidade de uma discussão intrínseca de desenvolvimento econômico e de identificação de quais características serão diferentes na interação nos mercados dentro das regiões e entre elas. Em outras palavras, ao introduzirmos uma assimetria produtiva e de desenvolvimento entre regiões, distorções entre lógicas de crescimento regional emergem como uma possibilidade ainda não discutida pelos regimes de acumulação e de demanda agregada.

O presente trabalho busca, portanto, aprofundar modelos neokaleckianos de distribuição funcional da renda através de um enfoque regional. A principal hipótese é que diferentes regiões respondem diferentemente aos processos de acumulação de capital. Dessa forma, podem coexistir, em um mesmo país, regimes *profit-led* e *wage-led* durante o mesmo período. Isso amplia o escopo da discussão de conflitos para além do conflito de classes, inserindo-se também aqui o conflito inter-regional. Se a lógica de acumulação macroeconômica nacional e, portanto, das políticas macroeconômicas interligadas, estiver em divergência de algumas das dinâmicas regionais, o uso de políticas compensatórias pode interessar para correção dessas distorções. Isso dá relevância à hipótese levantada.

Assumiremos, assim, um modelo com duas regiões representativas, uma desenvolvida e outra subdesenvolvida. A estrutura oligopolista na qual o grau de utilização da capacidade é a variável de ajuste produtivo se mantém para as duas regiões. Assumiremos também que o tamanho da distribuição funcional da renda importa para a determinação do investimento das duas regiões. Isto é, assume-se que o *profit share* determina de maneira não-linear o investimento para as duas regiões.

Contudo, hipóteses relativas a diferentes propensões a poupar são assumidas. Na região subdesenvolvida, a dualidade clássica kaleckiana é assegurada, na qual só capitalistas apresentam uma poupança significativa e os trabalhadores consomem toda a sua renda. Tal suposição é ancorada no argumento do ‘efeito demonstração’, o qual eleva a propensão marginal a consumir em regiões mais atrasadas. Na região desenvolvida, além de capitalistas e trabalhadores, é pressuposto também que os trabalhadores poupam devido a um maior tamanho de mercado, a mais destacada presença de encadeamentos produtivos e uma maior desigualdade salarial - a qual comumente é representada na literatura por gerentes e os chamados *top wage income*. Isso representa um maior ‘vazamento’ de demanda agregada, repercutindo no multiplicador e podendo influenciar na definição do regime de demanda em questão.

Além disso, processos relativos a poderes de barganha diferenciados são assumidos. A suposição é a de que a região desenvolvida, aproveitando-se de um maior tamanho de mercado, consegue incorrer em uma maior organização dos trabalhadores, de forma que estes possuam um poder de bar-

ganha em média mais elevado que a outra região. Assim, um maior *wage share* da região desenvolvida é assumido como um fator estrutural de uma heterogeneidade regional.

Já com relação ao comércio inter-regional, suporemos dois cenários: um em que as regiões inicialmente não comercializam, cristalizando alguns dos efeitos que concernem distribuição e crescimento, e outro em que as regiões comercializam, elucidando uma relação entre especialização produtiva e distribuição em um arcabouço neokaleckiano regional. Tal divisão permitirá aprofundar relações entre elasticidades-renda e os próprios regimes de demanda em questão.

O artigo está estruturado como se segue: a seção dois abordará uma discussão de subdesenvolvimento, tentando classificar um desenvolvimento de países de renda média como já predominantemente oligopolistas, com poder de mercado para ajustarem o produto ao invés dos preços, além da discussão sobre restrições de demanda e padrões de consumo na periferia; a seção três apresentará o modelo geral, atentando para os regimes de demanda e de acumulação. A seção quatro parte para as conclusões.

## 2 Uma discussão de Desenvolvimento Regional

Nessa seção, tentará se justificar o tratamento do subdesenvolvimento em questão, em uma estrutura de regiões de um mesmo país com diferentes níveis de desenvolvimento econômico. Para isso, justifica-se alguns dos motivos teóricos que enveredam explicar o porquê de o crescimento regional não convergir. De maneira adjacente, busca-se abordar hipóteses e desenvolvimentos tanto do lado da demanda como do lado da oferta. Com relação ao primeiro, é dado um maior foco à função consumo, ao focarmos na elevada propensão a consumir nas regiões mais subdesenvolvidas. Busca-se também conjecturar sobre o tratamento de questões como o multiplicador e a utilização dos fatores em diferentes estados de desenvolvimento. Já pelo lado da oferta, argumenta-se à respeito da factibilidade do tratamento do subdesenvolvimento em uma perspectiva de renda média, na presença de uma estrutura já oligopolizada e de um mercado interno relevante. Além disso, aspectos relevantes com relação ao poder de barganha relativo são conjecturados.

### 2.1 Crescimento Distinto entre Regiões

Perroux (1967) explica os diferentes ritmos de acumulação e de desenvolvimento econômico entre regiões utilizando os conceitos de pólos de crescimento e de indústrias motrizes. As indústrias motrizes são definidas como aquelas cujas taxas de crescimento dos seus próprios produtos são maiores que a média do produto industrial ou do produto nacional durante determinados períodos. Além disso, é necessário que possuam também inúmeras relações locais de encadeamentos de insumo-produto. Para ele, a criação de novas indústrias ou um maior crescimento de uma indústria existente servem como sinalizadores de preços, fluxos ou antecipações. Assim, propaga-se uma relação inter-industrial no espaço, oriundo da aglomeração geográfica, em que se evidencia o surgimento de economias externas. Essas economias externas caracterizam-se pela dimensão de seus efeitos de encadeamento, de forma a impulsionar o crescimento local e regional de onde se está inserido.

Myrdal (1957) desenvolve o conceito de causação circular cumulativa para entender diferentes níveis de desenvolvimento entre países e entre regiões. Este conceito se apoia na noção de ciclo vicioso ou virtuoso, em que os mesmos fatores atuam como causa e consequência de modo a se reforçarem mutuamente. Não há autorregulação - como defende a hipótese de equilíbrio geral através das chamadas *balancing forces*. O autor vai além e afirma que a própria expansão de uma região gera *backwash effects* em outra região, seja via migração seletiva, fluxos de capitais ou livre comércio entre regiões em prol das mais desenvolvidas. Simultaneamente, o processo de desenvolvimento das regiões em desenvolvimento leva também aos chamados *spread effects*, i.e, efeitos positivos direcionados

a regiões relativamente estagnadas oriundos do barateamento de alguma matéria prima ou produto devido ao desenvolvimento de outra região. Ou mesmo o surgimento de *spill overs* tecnológicos. Se os *spread effects* superarem os *backwash effects*, há então o surgimento de uma região dinâmica autossustentada.

Evidenciando o tamanho de mercado gerado por ganhos de exportação, [Kaldor \(1970\)](#) utiliza-se do conceito de causação cumulativa de [Myrdal \(1957\)](#) para enfatizar o surgimento de desigualdades entre regiões no mesmo país em um processo de crescimento econômico. Especulando sobre quais fatores influenciam as diferenças entre taxas de crescimento inter-regionais, o autor destaca a hipótese de rendimentos crescentes de escala no setor industrial, dado um aumento de mercado ocorrido. Esses ganhos de produtividade se dão de forma estática e dinâmica, enfatizados pelo *learning by doing*, pela chamada Lei de Kaldor-Verdoorn e por uma maior possibilidade de divisão do trabalho ([YOUNG, 1928](#)). Uma vez conquistado o *market share* da outra região, as taxas de crescimento divergem de maneira cumulativa e a problemática da desigualdade entre as regiões se amplia.

[Lemos \(1988\)](#) amplia a hipótese anterior de Kaldor e relaciona o progresso tecnológico ao próprio processo de urbanização. Para ele, o primeiro está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento do setor de serviços, sendo este causa e consequência da urbanização. Esta, por sua vez, é responsável por direcionar a um processo de diversificação do setor terciário em que a aglomeração urbana - junto de sua concentração e de sua escala dos seus respectivos bens e serviços. Isso permite, assim, uma redução de custos relativos. A concentração espacial desse capital, oriunda da urbanização, leva então a diferenças regionais devido a uma maior produtividade e maior ritmo de progresso técnico localizado, i.e, maiores vantagens comparativas regionais. Consequentemente, o investimento é mais atrativo nessas regiões, levando a diferenciais ainda maiores de ritmos de acumulação de capital.

Também explicando as diferenças regionais - mais centrado no caso da periferia - [Pinto \(1970\)](#), inspirado em [Hirschman \(1988\)](#), afirma que os setores modernos das economias adquirem um grau considerável de autonomia interna, com circuitos virtuosos entre relações despesa-receita e poupança-investimento vis-à-vis os setores mais atrasados de outras regiões. Isso é fundamental, portanto, para uma tendência "espontânea" em direção a uma menor irradiação dos frutos do progresso técnico para a periferia interna, como também numa maior concentração do centro com relação aos seus ganhos de produtividade.

## 2.2 Demanda Agregada e Desenvolvimento econômico

[Nurkse \(1952\)](#) centra sua análise de formação de capital na oferta de poupança, a qual, para ele, depende intrinsecamente dos padrões de consumo desses países subdesenvolvidos. O autor evidencia que é mais interessante observar o nível relativo de renda de regiões mais atrasadas em comparação com as regiões mais adiantadas do que o nível absoluto da renda das regiões. Crescentes diferenças entre os níveis de renda podem vir a elevar mais ainda a propensão geral ao consumo nas regiões menos desenvolvidas em momentos de acréscimos de renda. Tal fato refuta o argumento keynesiano de relativo declínio da propensão a consumir mediante esse contexto. Esse aspecto está aliado a uma maior consciência e percepção própria de subdesenvolvimento dessas regiões vis-à-vis os padrões de consumo das regiões mais desenvolvidas.

Inspirado em [Duesenberry \(1949\)](#), o consumo dos indivíduos é assumido como interdependente, afetando escolhas entre as variáveis consumo e poupança. Assim, as funções de consumo dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos apresentam interdependência entre si. Transmitem-se hábitos de consumo comuns de padrões superiores de renda *per capita* das regiões mais desenvolvidas para a criação de novas necessidades e hábitos em regiões de renda *per capita* menores. Isso também é evidenciado em [Prebisch \(1949\)](#) sobre o consumo de bens de luxo e o chamado consumo "conspícuo" nos países da periferia, os quais tentam replicar os padrões de consumo do centro. [Baran](#)

(1952) também argumenta em favor da tese ao afirmar que os empresários tem seu ímpeto de poupança freado pela vontade de imitar os padrões de seus pares em países mais desenvolvidos. Tal efeito de altas propensões a consumir em regiões subdesenvolvidas é consagrado na literatura como *efeito demonstração*.

## 2.3 O Lado da Oferta

Para Nurkse (1952), existem três principais motivos do porquê a demanda por investimento é menor em países de renda baixa. O primeiro é que o consumo é inelástico a esse nível de renda, desincentivando uma diversificação maior da demanda, e, conseqüentemente, do estímulo da oferta; o segundo é que o risco de investimento em aparelhos mais produtivos é maior (MOSLEY; VERSCHOOR, 2005) e o terceiro reside nas descontinuidades técnicas que aumentam a discrepância entre a produtividade social e a produtividade privada do capital. Essas descontinuidades, por sua vez, determinam uma menor confiança do empresariado, diminuindo assim a eficiência marginal do capital. Tal discrepância existe graças aos ganhos de escala intra e inter-industriais, os quais fornecem retornos crescentes de escala e os chamados efeitos externos da atividade secundária (HIRSCHMAN, 1988). Em sua ausência, gargalos estruturais levam a sinalizações de mercado desvantajosas ao investimento privado. Esse descompasso entre a produtividade social do capital e a produtividade privada é um dos pontos cruciais para um ciclo vicioso em países subdesenvolvidos.

Nurkse aborda a questão do subdesenvolvimento como um aspecto limitante de uma subsequente formação de capital. Para ele, o nível geral de produtividade determina o tamanho de mercado. E esse nível de produtividade é influenciado parcialmente pelo uso do capital. A intensidade do uso desse capital, por sua vez, deve ser requerida pela necessidade e pelo próprio tamanho de mercado. Assim, a produtividade é limitada também pelo tamanho do mercado. Cria-se, assim, outro ciclo vicioso. O estímulo ao investimento é limitado, portanto, ao tamanho do mercado. Além disso, Nurkse utiliza o argumento de Young (1928), em que a capacidade de compra depende intrinsecamente da capacidade de produção e da produtividade.

Dessa forma, assume-se que o próprio tamanho do mercado aprofunda a divisão do trabalho, permitindo lucros em setores antes não realizáveis graças a uma maior expectativa de receita futura. Ainda, mercados maiores favorecem escalas de produção maiores, com a presença de maiores rendimentos crescentes de escala. Nesses contextos, o lucro econômico é significativo. Tal lucro é sinalizador de novos lucros, aumentando o estoque de capital e a produtividade. De maneira complementar, maiores investimentos estimulam a demanda, aumentando as taxas de crescimento da economia e incentivando maiores níveis de produtividade via efeito Kaldor-Verdorn (KALDOR, 1966). Assim, o tamanho do mercado implica em uma diversificação produtiva maior, com uma divisão de trabalho mais ampla, acompanhados de maiores oportunidades de investimento em novos setores e uma estrutura de oferta de trabalho menos descontínua.

Furtado (1952) argumenta que a produtividade média, ao ser elevada, aumenta a renda real da coletividade. Ao se acumular capitais para intensificar a produção, a demanda por mão-de-obra aumenta. Supondo oferta limitada de mão de obra ou um aumento da produtividade do setor de subsistência, os salários reais tenderão a subir. Esse aumento da renda dos salários, por sua vez, tenderá a se distribuir entre consumo e investimento. Essa elevação da renda real de um público consumidor tenderá a diversificar a demanda, levando a uma maior diversificação da oferta. Portanto, uma maior diversificação produtiva em economias de maior produtividade também surge por uma mudança de perfil da demanda.

Assim, assumindo um crescimento divergente entre regiões, regiões relativamente mais desenvolvidas encontrarão uma estrutura de produção mais diversificada oriunda de um tamanho maior de mercado. Esse tamanho de mercado é resultado de uma maior produtividade e uma conseqüente

maior divisão do trabalho. Portanto, tal estrutura permite uma maior existência de trabalhos gerenciáveis e indiretos (*overhead labor*), além de uma maior estrutura produtiva capaz de mecanismos mais sofisticados de disciplina do trabalho (SHAPIRO; STIGLITZ, 1984). Dessa forma, uma maior dispersão salarial encontra maior validade teórica em tais regiões, favorecendo o surgimento de poupança no seguimento dos trabalhadores.

### 2.3.1 Tamanho de Mercado e Poder de Barganha dos Trabalhadores

Goodwin (1982) realiza um modelo pelo lado da oferta em que o nível do salário real funciona como predador e o nível de emprego funciona como presa. Dessa maneira, o crescimento fortalece o poder de barganha dos trabalhadores - apoiando-se em uma ideia de exército industrial de reserva -, o nível de emprego cai, levando a uma também menor taxa de crescimento até o que o salário real comece a finalmente declinar, caracterizando um ciclo econômico.

A partir de então, vários modelos tentam reproduzir uma ideia de *conflicting claims* entre capitalistas e trabalhadores de maneira a reproduzir mecanismos entre o nível de emprego e aumentos do *wage share* (DUTT, 2006; PALLEY, 2014). Entretanto, tais modelos ancoram-se em uma relativa oferta de trabalho limitada a ponto de que o poder de barganha dos trabalhadores de fato suba no decorrer do ciclo econômico.

Tal hipótese, entretanto, não se verifica em modelos do tipo Lewis (1954), em que a oferta de trabalho é infinitamente elástica e o salário real é constante a um nível corrente convencional. Assim, mais do que o papel no ciclo econômico, o estado da mão de obra do objeto de análise econômica importa. Além disso, em estruturas econômicas distintas, o poder de barganha dos trabalhadores de uma região pode ser sucessivamente e recorrentemente maior que o da outra região independentemente de uma sobreposição de ciclos justamente por um efeito em nível.

Adjacientemente, estruturas de tamanho de mercado maiores tendem a um maior nível de produtividade, associatividade e organização, seja através de sindicatos ou mesmo através de mecanismos intra-firma do tipo salário-eficiência (WRIGHT, 2015). Além disso, estruturas de mercado mais diversificadas e desenvolvidas dão origem a novos tipos de ativos não-monetários, como maior número relativo de cargos de autoridade/supervisão e trabalhadores com habilidades escassas, os quais também aumentam o poder de barganha dos trabalhadores *vis-à-vis* os capitalistas (WRIGHT, 1997).

Desta forma, espera-se que regiões mais desenvolvidas mantenham um *wage share* sistematicamente maior relativamente à região mais subdesenvolvida. Ainda que em razão do produto regional este possa não ser um fato estilizado de grande generalidade, ele se torna quando estes são ponderados com relação à renda total dos países e não com relação à renda regional. Dessa forma, os salários das regiões desenvolvida apresentam um peso relativo muito maior do que os da região subdesenvolvida.

### 2.3.2 Estados de Subdesenvolvimento e Heterogeneidade Produtiva

Furtado (1964) diferencia dois estados de subdesenvolvimento. O primeiro, mais simples, é marcado pela coexistência de empresas estrangeiras, produtoras de exportação, e de uma extensa faixa de economia de subsistência. Tal estrutura apresenta baixa dotação de capital e baixos transbordamentos do desenvolvimento ali inserido. Tal setor moderno trabalha, na maior parte das vezes, à plena utilização dos fatores de produção, respondendo a estímulos e decisões de sua matriz e não necessariamente ao estado de aquecimento da demanda local.

Já o segundo estado, melhor classificado para países de renda média, apresenta três setores na economia: um de subsistência, outro ligado ao mercado exportador e um terceiro apresentando um núcleo industrial ligado ao mercado interno. Este último apresenta-se diversificado o suficiente para produzir parte de bens de capital que permitam seu próprio crescimento. Tal setor não apresenta,

segundo o autor, uma política ocupacional de emprego compatível com sua dotação de fatores. A consequência mais evidente é a de que esse setor industrial, embora com grau de diversificação significativo, apresenta uma taxa de ocupação tipicamente pré-capitalista. O desenvolvimento ocorrido até então atua excluindo assim uma parcela significativa da população dos benefícios proporcionados por ele.

Tal tratamento é seguido pelo próprio KALECKI (1987) ao tratar da economia israelense em uma definição mais próxima de uma economia semi-industrializada. Para o autor, apesar de haver uma relativa escassez de capital, já configura-se ociosidade nos setores oligopolistas.

Em suma, será delimitado o tratamento das regiões subdesenvolvidas oriundas de países de renda média ainda com um setor de subsistência de produtividade marginal zero e de uma mão de obra ainda razoavelmente ilimitada no sentido posto por Lewis. Contudo, o próprio processo de desenvolvimento mais complexo dos países de renda média trazido para o aspecto regional já apresentou uma consolidação de certa industrialização nas regiões e de uma oligopolização de mercado, embora a níveis desiguais. Tal cenário legitima o tratamento da variável demanda por investimento como sendo influenciada também pela escolha do grau de utilização da capacidade produtiva, respondendo a estímulos de demanda efetiva e não só pela expectativa de lucro futuro. Assim, a análise da problemática em questão através do arcabouço neokaleckiano ganha significação teórica.

### 3 Um Modelo Neokaleckiano Regional

Vamos supor, na construção de duas regiões contrastantes, que a região subdesenvolvida responde ao efeito demonstração ao perceber seu relativo atraso com relação à região desenvolvida. O diferencial de níveis de renda entre as regiões incentiva, portanto, uma conversão ainda maior de aumentos da renda para consumo, diminuindo a propensão a poupar. A partir dessa argumentação, a suposição de que os trabalhadores da região subdesenvolvida não poupam suas rendas pode ocorrer sem grande perda de generalidade.

Já para a região desenvolvida, supõe-se que o aumento e desenvolvimento do setor capitalista - desencadeado por um aumento de produtividade também do setor de subsistência da região - proporcionou um aumento de salários e das taxas de lucro de forma considerável, levando a um ciclo virtuoso entre o aumento da produtividade, das externalidades inter indústria e do investimento. Em um contexto em que o setor financeiro e capitalista na região em questão se apresenta de forma mais contundente e desenvolvida do que em outra região do país, é razoável supor um aumento de cargos de gestão e hierarquização dentro das firmas. Isso resulta em maiores faixas de distribuição dos salários e de própria produtividade entre setores. A desigualdade ao longo da renda dos salários faz com que existam *top wage earners* com propensão a poupar muito próximas, senão iguais, às propensões dos capitalistas, aumentando o vazamento do multiplicador keynesiano e diminuindo os efeitos de dinamismo do mercado. É definido, portanto, uma poupança significativa oriunda da classe dos trabalhadores, de maneira que será melhor delimitada adiante.

Sumarizando mais explicitamente, as principais hipóteses assumidas são:

- Oferta elástica de mão de obra para as duas regiões, contudo mais elástica para a região subdesenvolvida;
- Estrutura produtiva de oligopólio para as duas regiões;
- Utilização de capacidade endógena para as duas regiões;
- A economia em questão é fechada com relação ao resto do mundo;



- Admitem-se duas configurações comerciais entre as duas regiões, supondo ou não o comércio entre elas;
- A produtividade do trabalho das região é a mesma, mas o salário da região desenvolvida é sempre maior;
- Os preços nas duas regiões são os mesmos e são normalizados por 1;
- Os trabalhadores da região subdesenvolvida consomem toda a sua renda;
- Os trabalhadores da região desenvolvida poupam.

### 3.1 O Modelo

Existe apenas uma firma representativa para cada economia regional, a qual combina capital e trabalho por meio de uma tecnologia de coeficientes fixos. Não haverá um papel relevante da instancia governamental nem do resto do mundo. A produção requer apenas trabalho e capital. Não é utilizado nenhum bem intermediário. Apenas um tipo de bem é consumido, tanto para consumo, como para investimento. O capital em questão não passa por depreciação. O estoque de capital não é móvel entre as regiões. Não há fluxos de capitais. Os bens investidos na região  $i$  são produzidos pela região  $i$ . A função de formação de preços é a mesma dos modelos canônicos kaleckianos, como [Bhaduri e Marglin \(1990\)](#) e [Blecker \(1989\)](#). Assim:

$$p_i = \tau_i(w_i b_i), \quad (1)$$

em que  $p_i$  representa os preços das regiões  $i$  ( $i = S, D$ ),  $\tau_i$  representa a taxa de *mark-up* regional, ( $\tau_i > 1$ ),  $w_i$  é o salário nominal e  $b_i$  é o trabalho necessitado por unidade de produto final regional, sendo  $1/b_i$  a produtividade do trabalho regional. Então,  $b_i = L_i/Y_i$ , em que  $L_i$  é a quantidade de trabalhadores empregados na região e  $Y_i$  é o produto realizado na região  $i$ . Assumimos que  $b_S = b_D$ , de forma que a produtividade do trabalho das regiões é a mesma. Assumimos também que o preço entre as regiões é o mesmo, isto é,  $P_D = P_S$  e o normalizamos para 1. Por fim, assume-se que  $w_S < w_D$ , o que consequentemente garante que  $\tau_S > \tau_D$ .

Apesar de não incorporarmos diretamente efeitos distintos da produtividade de trabalho na formação de preços, poderíamos igualmente supor que o salário real da região desenvolvida é tão mais alto que  $b_i$  a ponto de compensar uma maior produtividade do trabalho e, ainda assim, o *mark-up* da região desenvolvida ser menor. Como o interesse aqui é pelo *mark-up* regional e efeitos de produtividade do trabalho são incorporados na dinâmica de barganha entre trabalhadores e capitalistas nas regiões, a hipótese da igualdade entre  $b_d$  e  $b_s$  torna-se, por recorte, mais justificável.

Em decorrência de (1), tem-se que:

$$\pi_i = \frac{\tau_i - 1}{\tau_i}, \quad (2)$$

$$\varphi_i = 1 - \pi_i = \frac{1}{\tau_i}, \quad (3)$$

em que  $0 < \pi_i < 1$  representa o *profit share* regional, ( $R/Y$ ), em que  $R$  é o lucro total, e  $0 < \varphi < 1$  representa o *wage share*,  $wb$ . Portanto, observa-se que a partir de uma regra de decisão das firmas, chega-se nas distribuições funcionais da renda. Mais fundamentalmente, o *wage share* da região desenvolvida será maior oriundo tanto de uma maior capacidade associativa dos trabalhadores em ambientes de trabalho mais formalizados como também de oferta de trabalho mais elástica na região

subdesenvolvida, possibilitando uma maior apropriação dos ganhos de produtividade por parte dos capitalistas das mesmas.

Com relação ao conflito distributivo, têm-se que:

$$\frac{1}{b} = \frac{w}{\varphi}.$$

A equação acima explicita que, a uma produtividade constante, qualquer aumento do salário real levaria necessariamente a uma redução do *profit share* e vice-versa.

A taxa de lucro será representada por:

$$r_i = \frac{R_i}{K_i} = \left( \frac{R_i}{Y_i} \right) \left( \frac{Y_i}{K_i} \right) = \pi_i u_i, \quad (4)$$

de forma que  $r_i$  é a taxa de lucro regional,  $K_i$  é o estoque de capital regional, considerado fixo no curto prazo, e  $u_i = Y_i/K_i$  representa a taxa de utilização da capacidade produtiva também dada em termos regionais.

Segundo Amadeo (1986) e Lavoie (1995b), a demanda de investimento, normalizada pelo estoque de capital, será determinada positivamente pelo grau de utilização da capacidade produtiva. O argumento é que a utilização da capacidade tem um efeito positivo - primeiro indiretamente através da maior lucratividade e, segundo, diretamente através do desejo das firmas de manterem uma margem de utilização ociosa para reagir a movimentos de demanda não antecipados, aumentando produção. Uma eventual incapacidade de responder a esses movimentos de demanda em mercados oligopolistas pode levar a uma perda de *market share*.

Além disso, Taylor (1990) sugere uma relação não-linear entre resposta da utilização de capacidade e a distribuição de renda. Isto é, para níveis baixos de salário, é mais provável que aumentos do nível do salário tenham um efeito de escala sobre o consumo e sobre a lucratividade, o que não já não se verificaria em níveis muito altos, em que o custo unitário já encontra-se em um nível elevado. Similarmente, argumenta-se que é mais provável que um maior *profit share* afete positivamente a demanda e o produto quando a parcela em si é pequena. Além disso, Bhaduri e Marglin (1990) assumem que o *profit share* na função investimento funciona como uma *proxy* para a taxa normal de lucratividade, assumindo uma relação positiva. Dessa forma, a função investimento, normalizada pelo estoque de capital, é:

$$g_i^i = \frac{I_i}{K_i} = \alpha_0 + \alpha_1 \pi_i (1 - \pi_i) + \alpha_2 u_i, \quad (5)$$

em que  $\alpha_0, \alpha_1, \alpha_2 > 0$ . A variável  $I_i$  é o investimento das firmas regional e  $g^i$  é a taxa de acumulação de capital da região  $i$ . Tal especificação de não-linearidade assume que a função é crescente até  $\pi = 0,5$  e decrescente a partir de então.

Já com relação à poupança, admite-se que a região desenvolvida apresenta poupança oriunda dos salários dos trabalhadores. A justificativa é de que nessa região, mais desenvolvida, existem *wage earners* com renda extremamente alta, com poupança semelhante as dos capitalistas. O argumento encontra semelhança com a introdução de *overhead labor* feita em Palley (2017) no modelo Bhaduri-Marglin. A hipótese é de que isso não se verifica para as regiões menos desenvolvidas, em que a desigualdade, mesmo quando maior, permanece seguindo uma lógica mais dual entre capitalistas e trabalhadores. Formalmente, normalizando pelo estoque de capital:

$$g_d^s = \frac{S_d}{K_d} = [s_\pi \pi_d + s_\omega (1 - \pi_d)] u_d \quad (6)$$

em que  $S_d$  é a poupança total da região desenvolvida,  $s_\pi$  é a proporção poupada dos lucros,  $s_\omega$  é a proporção poupada da massa salarial, de forma que  $s_\omega < s_\pi$  sempre é válido.

Já a poupança da região subdesenvolvida não apresenta poupança oriunda dos salários. O argumento é o de que os trabalhadores anseiam padronizar o consumo da região mais desenvolvida, de forma que elevações de renda agregada admitem aumentos da propensão a consumir da renda. Assim, a única poupança apresentada pela região é a dos capitalistas. Formalmente:

$$g_s^s = \frac{S_s}{K_s} = s_\pi \pi_s u_s \quad (7)$$

### 3.1.1 Caso 1: As Regiões Não Comercializam Entre Si

Assumimos inicialmente que as duas regiões não comercializam, seja porque os custos de transporte tornam o comércio impeditivo ou porque as regiões apresentam preferências relevantes por produção local. Dessa forma, a utilização de capacidade é dada diretamente pelo equilíbrio na curva IS, no caso,  $g_i = g_s^s$ . Assim, tem-se que:

$$u_d^* = \frac{\alpha_0 + \alpha_1 \pi_d (1 - \pi_d)}{(s_\pi - s_\omega) \pi_d + s_\omega - \alpha_2} \quad (8)$$

$$u_s^* = \frac{\alpha_0 + \alpha_1 \pi_s (1 - \pi_s)}{s_\pi \pi_s - \alpha_2} \quad (9)$$

em que  $u_d^*$  e  $u_s^*$  representam a utilização de capacidade de equilíbrio das regiões desenvolvida e subdesenvolvida, respectivamente. A condição de estabilidade keynesiana é válida para os dois casos, ou seja,  $(s_\pi - s_\omega) \pi_d + s_\omega - \alpha_2 > 0$  e  $s_\pi \pi_s - \alpha_2 > 0$ , o que exige que o nominador seja também positivo para ambos os casos.

Para termos o regime de demanda, deriva-se (8) e (9) com relação a  $\pi_i$ , de forma que:

$$\frac{\partial u_d^*}{\partial \pi_d} = \frac{1}{\Phi} [(\alpha_1 (1 - 2\pi_d) - u_d^* (s_\pi - s_\omega))] \leq 0 \quad (10)$$

$$\frac{\partial u_s^*}{\partial \pi_s} = \frac{1}{s_\pi \pi_s - \alpha_2} [\alpha_1 (1 - 2\pi_s) - u_s^* s_\pi] \leq 0, \quad (11)$$

em que  $\Phi = (s_\pi - s_\omega) \pi_d + s_\omega - \alpha_2 > 0$ .

Como indicado acima, indica-se que o regime de demanda da primeira região é mais propenso a ser *profit-led* relativamente à região subdesenvolvida. Em termos algébricos,  $\partial u_d / \partial \pi$  é mais propenso a ser positivo através de dois canais. O primeiro é através da poupança dos trabalhadores, que representa, na prática, um vazamento de demanda. Apesar disso,  $s_\omega < s_\pi$  sempre é válido, garantindo que este termo sempre seja negativo. O mesmo não vale para o segundo canal. Este atua através do tamanho relativo do *profit share*. Caso ele seja menor que o *wage share*, i.e.,  $\pi < 0,5$ , o primeiro termo entre parênteses é positivo e o sinal final é dúbio. Caso a proporção dos salários na renda seja mais baixa relativamente ao *profit share*, o sinal é negativo e o regime é indubitavelmente *wage-led*.

Já o regime de demanda da região subdesenvolvida apresenta um vazamento a menos de demanda ao não apresentar poupança relativa aos salários. Dessa forma, é esperado que a magnitude negativa do segundo termo seja maior. Já o canal do tamanho relativo da distribuição de renda, assumiu-se que o *profit share* da região em questão era maior do que o da outra região. Desta forma,

proporções já grandes de *profit share* diminuem uma resposta relativa via sensibilidade dos lucros, favorecendo um regime *wage-led*. Em outras palavras,  $1 - 2\pi_i < 0$  é condição suficiente, porém não necessária para o regime de demanda *wage-led*. O caso *profit-led* então só é permitido quando as duas regiões em questão apresentam elevados *wage shares*, de forma a mais do que compensar o efeito consumo da transferência de renda aos trabalhadores.<sup>1</sup>

A taxa de crescimento de equilíbrio das regiões,  $g_d^*$  e  $g_s^*$ , serão definidas substituindo-se (8) e (9) em (5), respectivamente, de forma que:

$$g_d^* = \alpha_0 + \alpha_1 \pi (1 - \pi) + \frac{\alpha_0 \alpha_2 + \alpha_1 \alpha_2 \pi (1 - \pi)}{\Phi}$$

$$g_s^* = \alpha_0 + \alpha_1 \pi (1 - \pi) + \frac{\alpha_0 \alpha_2 + \alpha_1 \alpha_2 \pi (1 - \pi)}{s\pi\pi - \alpha_2}$$

Assim, é fácil observar que os regimes de crescimento das regiões são intensificados ou ponderados segundo o tamanho em questão da distribuição de renda. Isto é, caso o *wage share* seja alto, o regime de crescimento em questão terá um termo positivo o somando, favorecendo um resultado *profit-led*. Caso este seja baixo, garantindo que  $1 - 2\pi_i < 0$ , o regime de crescimento será ainda mais *wage-led* graças à não-linearidade da função investimento. É importante observar, contudo, que tal especificação garante que subsequentes aumentos do *wage share* (*profit share*) no caso de regime de demanda *wage-led* (*profit-led*) fazem com que o próprio regime se torne menos *wage-led* (*profit-led*).

### 3.1.2 Caso 2: As regiões comercializam entre si

Supõe-se que os bens comercializados entre as regiões são utilizados apenas para consumo. Entretanto, suporemos padrões de consumo diferentes entre regiões. Ainda ancorando-se no argumento do efeito demonstração, assume-se que tanto capitalistas quanto trabalhadores da região subdesenvolvida consomem o bem da região desenvolvida. Formalmente:

$$\gamma = \frac{M_s}{K} = \gamma_0 [\pi + (1 - \pi)]^{\varepsilon - 1} u_s \quad (12)$$

em que  $M_s$  representa as importações da região subdesenvolvida. A variável  $\gamma$ , portanto, apresenta o montante de renda da região subdesenvolvida consumido no bem da região desenvolvida já normalizado pelo estoque de capital;  $\gamma_0$  é um componente autônomo de importações, e  $\varepsilon$  é a elasticidade-renda das importações. Por simplificação, é assumido que a elasticidade-renda é a mesma para os dois grupos. Tal equação guarda semelhança com Dutt (2002) e uma especificação à la Thirlwall (1979). Já com relação à região desenvolvida, é assumido que os capitalistas não consomem o bem da região subdesenvolvida. Este consumo é reservado apenas para os trabalhadores da região em questão. Formalmente:

$$\beta = \frac{M_d}{K} = \beta_0 (1 - \pi_d)^{\delta - 1} u_d \quad (13)$$

em que, simetricamente,  $\beta$  é o montante gasto com o consumo de bens da região subdesenvolvida pela região desenvolvida e  $\delta$  é a elasticidade-renda da região desenvolvida. Dessa forma, por tratarmos de uma economia fechada, o que é importado ( $M_i$ ) por um é exportado pelo outro,  $M_i = X_i, t \neq i$ . Além disso, a elasticidade-renda de importações de uma região é a inversa da elasticidade-renda da outra, isto é,  $\varepsilon = 1/\delta$ . Em equilíbrio:

$$ED_i = C_i + I_i + X_i - Y_i$$

<sup>1</sup> Assumindo que a sensibilidade dos lucros, a poupança dos capitalistas e o grau de utilização de capacidade de equilíbrio sejam iguais nas duas regiões, um regime de demanda *profit-led* na região subdesenvolvida pressupõe um regime também *profit-led* para a região desenvolvida

$$Y_i = C_i + M_i + S_i$$

em que  $ED_i$  é o excesso de demanda regional e este, em equilíbrio, é igual a zero. Dessa forma:

$$g_d^i + \gamma - g_d^s - \beta = 0 \quad (14)$$

$$g_s^i + \beta - g_s^s - \gamma = 0 \quad (15)$$

Assim, substituindo (5), (6), (7), (12) e (13) em (14) e (15) os novos equilíbrios para os graus de utilização da capacidade são dados por:

$$u_d^* = \frac{\alpha_0 + \alpha_1 \pi_d (1 - \pi_d) + \gamma_0 (1 - s_\pi \pi_s)^{\varepsilon-1} u_s}{\Delta_d} \quad (16)$$

$$u_s^* = \frac{\alpha_0 + \alpha_1 \pi_s (1 - \pi_s) + \beta_0 (1 - \pi_d)^{\delta-1} u_d}{\Delta_s} \quad (17)$$

em que  $\Delta_d = (s_\pi - s_\omega) \pi_d + s_\omega - \alpha_2 + \beta_0 (1 - \pi_d)^{\delta-1} > 0$  e  $\Delta_s = s_\pi \pi_s - \alpha_2 + \gamma_0 (1 - s_\pi \pi_s)^{\varepsilon-1} > 0$ . Dessa forma, satisfaz-se a condição keynesiana de estabilidade.

Para obtermos os regimes de demanda, derivamos (16) e (17) com relação ao *profit share*. Formalmente:

$$\frac{\partial u_d^*}{\partial \pi_d} = \frac{1}{\eta \Delta_d} \left( \alpha_1 (1 - 2\pi_d) - \frac{\gamma_0 (\delta - 1) \mu_d (1 - s_\pi \pi_s)^{\varepsilon-1} u_s}{\Delta_s} - u_d^* [(s_\pi - s_\omega) - (\delta - 1) \mu_d] \right) \leq 0 \quad (18)$$

$$\frac{\partial u_s^*}{\partial \pi_s} = \frac{1}{\eta \Delta_s} \left( \alpha_1 (1 - 2\pi_s) - \frac{\beta_0 (\varepsilon - 1) \mu_s (1 - \pi_d)^{\delta-1} u_d}{\Delta_d} - u_s^* [s_\pi - (\varepsilon - 1) \mu_s] \right) \leq 0 \quad (19)$$

em que  $\mu_s = \gamma_0 s_\pi (1 - s_\pi \pi_s)^{\varepsilon-2} > 0$ ,  $\mu_d = \beta_0 (1 - \pi_d)^{\delta-2} > 0$  e  $\eta = \left[ 1 - \left( \frac{\beta_0 \gamma_0 (1 - \pi_d)^{\delta-1} (1 - s_\pi \pi_s)^{\varepsilon-1}}{\Delta_s \Delta_d} \right) \right] > 0$ .

Alguns dos resultados do caso anterior se mantêm. O nível do *profit share* continua importante, de forma que níveis grandes do mesmo favorecem um regime *wage-led* ao tornar o primeiro termo do lado direito da equação negativo. Em segundo lugar, poupança oriunda dos trabalhadores continua favorecendo um regime de demanda *profit-led* para a região desenvolvida. Entretanto, a atenção agora direciona-se para uma análise dos efeitos dúbios das elasticidades-renda nas regiões desenvolvida e subdesenvolvida. Respectivamente,  $\delta$  e  $\varepsilon$ .

A começar pela primeira, é esperado que a elasticidade-renda das importações da região seja menor *vis-à-vis* a região subdesenvolvida, garantindo uma preferência de consumo pelo produto local. Assim, formalmente, a expectativa é que  $\delta < 1$ . Consequentemente, o segundo termo do lado direito torna-se positivo, favorecendo um resultado mais *profit-led*. A lógica desse resultado é que, em um eventual aumento de renda da região desenvolvida, como pouca parcela desta é vazada para a outra região, há pouco efeito reboque do crescimento da outra região para afetar novamente um novo crescimento da primeira. Apesar disso, tais efeitos de encadeamento são devidamente ponderados por três multiplicadores, um deste que depende das elasticidades. Por outro lado, há um segundo resultado mais direto. No terceiro termo do lado direito, o resultado final entre colchetes torna-se mais positivo, levando a um resultado final mais negativo. Isso deve-se ao menor vazamento de renda justamente desencadear em uma maior resposta do produto final a aumentos de produto.

Já com relação à segunda região, espera-se uma elasticidade-renda de importações deste mais elevada devido a um efeito demonstração do padrão de consumo da região desenvolvida. Dessa forma, um maior crescimento da renda é vazado, freando um efeito do consumo em uma eventual transferência para os trabalhadores. Por outro lado, há um efeito reboque também à região subdesenvolvida ao dinamizar mais a outra região com esses vazamentos de renda, captado pelo segundo termo.

De toda forma, apesar de alguns indícios já apontados, os dois resultados são dúbios e dignos de um maior aprofundamento empírico e teórico de padrões de consumo inter-regionais e interdependências de dinâmicas de crescimento. Mais especialmente, entretanto, explicita-se nesta análise uma tentativa de relação entre dinâmica produtiva e distribuição de renda.

Assim, resultados de mudança produtiva entre regiões merece ser analisado. Caso haja uma regressão produtiva observada a nível geral, afetando mais a região mais desenvolvida, i.e,  $\Delta\delta < 0$  e, conseqüentemente,  $\Delta\varepsilon > 0$ , a região subdesenvolvida tende a se tornar ainda mais *wage-led* caso o efeito líquido externo seja menor. No caso mais extremo em que a regressão produtiva seja tal que as elasticidades-renda das duas regiões igualem 1, resgatam-se os sinais dos resultados de regimes de demanda do Caso 1. Entretanto, esse efeito torna-se mais direto se essa mudança produtiva for acompanhada também de um menor comércio inter-regional. No modelo, tais sugestões apontam tanto para a diminuição do multiplicador inter-regional,  $\eta$ , como para um menor diferencial entre as elasticidade-renda das regiões,  $\delta$  e  $\varepsilon$ .

Esse elemento torna o resgate ao caso brasileiro ainda mais teoricamente interessante. Isso porque uma dinâmica de maior peso redistributivo pró-trabalhadores observado entre 2003 e 2013 foi acompanhado tanto por um maior direcionamento para serviços não *tradables*, à la Lei de Engel, como também os setores de menor produtividade ganharam maior dinamismo econômico *vis-à-vis* os industriais e os de maior produtividade (CARVALHO; RUGITSKY, 2015; RUGITSKY, 2017). Visto que a maior parte desses setores industriais localizam-se na região mais dinâmica, é esperado que a produtividade dos setores da região desenvolvida caiam com relação à outra. Assim, sugere-se, ilustrando-se no modelo apresentado, que os descompassos entre crescimento regionais observados no Brasil entre as região Sudeste e Nordeste tenham razões teóricas oriundas de regimes de demanda distintos.

Por outro lado, é necessário elucidar os resultados de haver um aprofundamento das disparidades regionais de produtividade. Neste caso, é esperado tanto uma maior dependência comercial da região subdesenvolvida para com a região desenvolvida, como também um aumento da elasticidade-renda de importações da primeira. Assim, um maior dinamismo de demanda da região subdesenvolvida na região desenvolvida pode beneficiar esta através de um efeito indireto dessa renda retornar e dinamizar a própria demanda da região subdesenvolvida. Entretanto, o resultado líquido provavelmente se compromete com um maior vazamento de renda e consumo oriundo. Dessa forma, esse cenário favorece um regime mais *wage-led* para a região desenvolvida e mais *profit-led* para a região subdesenvolvida, apesar da primeira continuar apresentando poupança proveniente dos salários.

Já com relação às taxas de crescimento das duas regiões, substituindo-se (16) e (17) em (5), temos, respectivamente, que:

$$g_d^* = \alpha_0 + \alpha_1 \pi_d (1 - \pi_d) + \alpha_2 \left( \frac{\alpha_0 + \alpha_1 \pi_d (1 - \pi_d) + \gamma_0 (1 - s \pi \pi_s)^{\varepsilon-1} u_s^*}{\Delta_d} \right) \quad (20)$$

$$g_s^* = \alpha_0 + \alpha_1 \pi_s (1 - \pi_s) + \alpha_2 \left( \frac{\alpha_0 + \alpha_1 \pi_s (1 - \pi_s) + \beta_0 (1 - \pi_d)^{\delta-1} u_d^*}{\Delta_s} \right) \quad (21)$$

Tabela 1 – Sumário dos Resultados

		Modelos		Regimes	
		Comércio Inter-regional	$(1 - 2\pi_i)$	$\partial u/\partial \pi_i$	$\partial g/\partial \pi_i$
Região Desenvolvida	Caso 1	$> 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi < 0, \partial g/\partial \pi_i \leq 0$	
		$< 0$	$< 0$	$\partial u/\partial \pi > 0, \partial g/\partial \pi_i > 0$	
	Caso 2	$> 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi < 0, \partial g/\partial \pi_i \leq 0$	
		$< 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi > 0, \partial g/\partial \pi_i > 0$	
		$> 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi < 0, \partial g/\partial \pi_i < 0$	
		$< 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi > 0, \partial g/\partial \pi_i \leq 0$	
Região Subdesenvolvida	Caso 1	$> 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi < 0, \partial g/\partial \pi_i \leq 0$	
		$< 0$	$< 0$	$\partial u/\partial \pi > 0, \partial g/\partial \pi_i > 0$	
	Caso 2	$> 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi < 0, \partial g/\partial \pi_i \leq 0$	
		$< 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi > 0, \partial g/\partial \pi_i > 0$	
		$> 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi < 0, \partial g/\partial \pi_i < 0$	
		$< 0$	$\leq 0$	$\partial u/\partial \pi > 0, \partial g/\partial \pi_i \leq 0$	

Novamente, a taxa de crescimento das regiões depende do tamanho da distribuição funcional da renda e de multiplicadores associados a diferentes propensões a consumir. Entretanto, os multiplicadores também dependem da relevância do setor inter-regional e de possíveis vazamentos de renda. Já com relação aos regimes de crescimento, os resultados anteriores se mantêm, de forma que o efeito dos regimes de demanda somam-se ao efeito do tamanho da distribuição.

Essa especificação abre espaço para uma possibilidade teórica rejeitada por modelos à la [Bhauri e Marglin \(1990\)](#). Caso  $1 - 2\pi_i < 0$ , ou seja, o nível de *wage share* esteja relativamente reduzido, regimes de demanda *wage-led* podem ser acompanhados de um regime de crescimento *profit-led*. Isso se deve para o efeito do regime de crescimento amplificar o efeito do nível da distribuição. Caso o *wage share* seja relativamente grande, isto é,  $\alpha_1(1 - 2\pi_i) > 0$ , o regime de crescimento torna tanto um regime de demanda *wage-led* como um regime de demanda *profit-led* em relativamente mais *profit-led*. Formalmente:

$$\frac{\partial g_i^i}{\partial \pi_i} = \alpha_1(1 - 2\pi_i) + \alpha_2 \left[ \frac{\partial u_i^*}{\partial \pi_i} \right] \quad (22)$$

Os resultados gerais dos dois modelos, um para cada região, foram sumarizados na Tabela 1.

## Conclusão

Pretendeu-se aqui desenvolver diferentes cenários regionais de resposta a variações na distribuição de renda em um mesmo país. A discussão relacionou aspectos da literatura de Desenvolvimento Econômico e do arcabouço dos modelos kaleckianos de crescimento. Duas regiões de desiguais estados de desenvolvimento foram assumidas, uma relativamente mais subdesenvolvida e outra mais desenvolvida. Dessa forma, respostas a transferências de renda dependem do grau de *mark-up* das firmas, da própria estrutura de mercado, do grau e do caráter de competição entre as regiões e de diferentes propensões a consumir dos trabalhadores. Assumimos uma relação não linear entre demanda por investimento e *profit share*, de maneira que o nível importa e relaciona-se com as dinâmicas estruturas das regiões subjacentes a diferentes poderes de barganha. Além disso, o cenário em que as regiões comercializam permite uma análise mais esmiuçada sobre distribuição de renda e estrutura produtiva.

Para a região subdesenvolvida, assumimos uma menor propensão a poupar dos trabalhadores oriunda do efeito demonstração. Esse tratamento legitima o arquétipo clássico kaleckiano em que existem apenas duas classes, capitalistas e trabalhadores, de forma que os trabalhadores consomem toda a sua renda. Para além disso, a estrutura de mercado da região é assumida como de um maior poder de monopólio das firmas, derivado de um menor tamanho de mercado, levando a um menor poder de barganha dos trabalhadores da região. Consequentemente, o salário real é relativamente também menor e há igualmente uma menor taxa de *mark-up*. No primeiro cenário em que as duas regiões não comercializam, o regime de demanda da região subdesenvolvida é indubitavelmente *wage-led* quando o tamanho o tamanho do *profit-share* é consideravelmente alto. Caso contrário, o regime dependerá da compensação dos efeitos multiplicador, via consumo, e a sensibilidade do investimento ao tamanho da distribuição. Já no caso em que as regiões de fato comercializam, sob elasticidades-renda distintas, transferências de renda aos trabalhadores são, em um grau maior relativamente, vazadas para a região desenvolvida, o que diminui o efeito de demanda considerado no caso anterior.

Já a região desenvolvida assume um cenário em que existe uma estrutura produtiva mais diversificada, de forma que trabalhadores gerenciais, supervisores e trabalhadores com habilidades participam de uma maior parcela de renda oriunda dos salários. Dessa forma, a região apresenta um poder de barganha dos trabalhadores mais consolidado, contribuindo para um maior *wage share* relativo. Dessa forma, assumimos que o *wage share* da região desenvolvida é sempre maior. Além disso, tal estrutura de trabalhadores é mais provável de apresentar uma propensão a poupar agregada positiva. Isso representa um vazamento maior de demanda agregada. No caso de a região apresentar um *wage share*, ainda assim, menor do que 0,5, se não houver comércio inter-regional, o regime de demanda e de crescimento das duas regiões é indubitavelmente *wage-led*. Caso o *wage share* seja maior, o efeito é dúbio e a chance de ser *profit-led* é relativamente maior devido à poupança dos trabalhadores. Inclusive tal cenário abre a possibilidade de que o regime de crescimento da região subdesenvolvida seja *wage-led* e o da desenvolvida seja *profit-led*. Caso haja um comércio relevante entre as regiões, essa região se beneficia devido a uma menor elasticidade-renda das importações regionais, de forma que uma transferência de renda aos trabalhadores não é tão relativamente vazada para a outra região. Inclusive tal modelo teórico abre a possibilidade de um regime *profit-led* de demanda tornar-se um regime de crescimento *wage-led* justamente pelo efeito do nível da distribuição de renda funcional. Além disso, movimentos de regressão produtiva acompanhados de convergência tecnológica entre regiões tende a favorecer ainda mais a possibilidade de um descompasso nos regimes de acumulação.

Delimita-se assim um possível descompasso de política nacional observado, já que as regiões podem obedecer a regras de acumulação diferentes no que concerne distribuição da renda funcional. Tal discussão contribui para o debate de crescimento econômico. Esta leva em conta as estruturas de heterogeneidade produtiva e regional do país em questão. Assim, ao consideramos a possibilidade de uma região relativamente mais subdesenvolvida apresentar um regime de acumulação e de demanda



mais provavelmente *wage-led*, enquanto uma região relativamente mais desenvolvida apresenta uma maior possibilidade de tais regimes como *profit-led*, abrimos a discussão para a possibilidade de regras de demanda e de acumulação opostas e contraditórias dentro de um mesmo território. Desta forma, ao assumirmos regimes de acumulação e de demanda no mesmo país como um só, estamos possivelmente não só desconsiderando particularidades e diferenças regionais, mas, na prática, privilegiando um regime de acumulação regional em detrimento de outro. Em tempos de normalidade política e social, essa balança não tende, em geral, para as regiões mais desfavoráveis.

## Referências

- AMADEO, E. J. The role of capacity utilization in long-period analysis. *Political Economy*, v. 2, n. 2, p. 147–160, 1986.
- ASIMAKOPULOS, A. A kaleckian theory of income distribution. *Canadian Journal of Economics*, JSTOR, p. 313–333, 1975.
- BARAN, P. A. On the political economy of backwardness. *The Manchester School*, Wiley Online Library, v. 20, n. 1, p. 66–84, 1952.
- BHADURI, A.; MARGLIN, S. Unemployment and the real wage: the economic basis for contesting political ideologies. *Cambridge journal of Economics*, JSTOR, v. 14, n. 4, p. 375–393, 1990.
- BLECKER, R. A. International competition, income distribution and economic growth. *Cambridge Journal of Economics*, JSTOR, v. 13, n. 3, p. 395–412, 1989.
- BOWLES, S.; BOYER, R. Wages, aggregate demand, and employment in an open economy: an empirical investigation. *Macroeconomic policy after the conservative era*, Cambridge University Press, Cambridge, p. 143–71, 1995.
- CARVALHO, L. B. de; RUGITSKY, F. Growth and distribution in brazil the 21st century: revisiting the wage-led versus profit-led debate. *Working Paper*, FEA/USP, 2015.
- COELHO, D. G.; CALDENTEY, E. P. Neo-kaleckian models with financial cycles: A center-periphery framework. *PSL Quarterly Review*, v. 71, n. 286, p. 309–326, 2018.
- DUESENBERY, J. S. Income, saving, and the theory of consumer behavior. Harvard University Press, 1949.
- DUTT, A. K. Alternative closures again: a comment on 'growth, distribution and inflation'. *Cambridge Journal of Economics*, JSTOR, v. 11, n. 1, p. 75–82, 1987.
- DUTT, A. K. A kaldorian model of growth and development revisited: a comment on thirlwall. *Oxford Economic Papers*, JSTOR, v. 44, n. 1, p. 156–168, 1992.
- DUTT, A. K. Thirlwall's law and uneven development. *Journal of Post Keynesian Economics*, Taylor & Francis, v. 24, n. 3, p. 367–390, 2002.
- DUTT, A. K. Aggregate demand, aggregate supply and economic growth. *International Review of Applied Economics*, Taylor & Francis, v. 20, n. 3, p. 319–336, 2006.
- FUJITA, S. Mark-up pricing, sectoral dynamics, and the traverse process in a two-sector kaleckian economy. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press UK, v. 43, n. 2, p. 465–479, 2018.

- FURTADO, C. Formação de capital e desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*, v. 6, n. 3, p. 7–45, 1952.
- FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. [S.l.]: Univ of California Press, 1964.
- GOODWIN, R. M. A growth cycle. In: *Essays in Economic Dynamics*. [S.l.]: Springer, 1982. p. 165–170.
- HARRIS, D. J. The price policy of firms, the level of employment and distribution of income in the short run. *Australian Economic Papers*, Wiley Online Library, v. 13, n. 22, p. 144–151, 1974.
- HEIN, E. Interest rate, debt, distribution and capital accumulation in a post-kaleckian model. *Metroeconomica*, Wiley Online Library, v. 58, n. 2, p. 310–339, 2007.
- HIRSCHMAN, A. O. *The strategy of economic development*. [S.l.]: Westview Press Boulder, CO, 1988.
- KALDOR, N. *Causes of the slow rate of economic growth of the United Kingdom: an inaugural lecture*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1966.
- KALDOR, N. The case for regional policies. *Scottish journal of political economy*, Wiley Online Library, v. 17, n. 3, p. 337–348, 1970.
- KALECKI, M. *Essays on developing economies*. [S.l.]: Hassocks, Eng.: Harvester Press; Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1976.
- KALECKI, M. *Report on the main current economic problems of Israel. Tel Aviv*. [S.l.]: Government Printing Press. Tradução brasileira: Relatório sobre os . . . , 1987.
- LAVOIE, M. Interest rates in post-keynesian models of growth and distribution. *Metroeconomica*, Wiley Online Library, v. 46, n. 2, p. 146–177, 1995.
- LAVOIE, M. The kaleckian model of growth and distribution and its neo-ricardian and neo-marxian critiques. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press, v. 19, n. 6, p. 789–818, 1995.
- LAVOIE, M. The origins and evolution of the debate on wage-led and profit-led regimes. acesso em: [https://www.boeckler.de/pdf/v2016\\_10\\_21\\_lavoie\\_paper.pdf](https://www.boeckler.de/pdf/v2016_10_21_lavoie_paper.pdf), 2016.
- LEMOS, M. B. Espaço e capital: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia. [sn], 1988.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. *The manchester school*, Wiley Online Library, v. 22, n. 2, p. 139–191, 1954.
- LIMA, G. T. Endogenous technological innovation, capital accumulation and distributional dynamics. *Metroeconomica*, Wiley Online Library, v. 55, n. 4, p. 386–408, 2004.
- MICHOPOULOU, S. Financial fragility, income distribution and capital accumulation in a post-kaleckian model. *IJE*, v. 8, n. 1, p. 49–62, 2014.
- MOSLEY, P.; VERSCHOOR, A. Risk attitudes and the ‘vicious circle of poverty’. *The European journal of development research*, Springer, v. 17, n. 1, p. 59–88, 2005.
- MYRDAL, G. *Economic theory and under-developed regions*. [S.l.], 1957.
- NAASTEPAD, C.; STORM, S. Feasible egalitarianism: demand-led growth, labour and technology. *Chapters*, Edward Elgar, 2010.

- NISHI, H. A dynamic analysis of demand and productivity growth in a two-sector kaleckian model. 2018.
- NURKSE, R. Some international aspects of the problem of economic development. *The American economic review*, JSTOR, v. 42, n. 2, p. 571–583, 1952.
- ONARAN, Ö.; GALANIS, G. Is aggregate demand wage-led or profit-led? a global model. *Wage-led Growth: An Equitable Strategy for Economic Recovery*, Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, p. 71–99, 2013.
- PALLEY, T. I. The middle class in macroeconomics and growth theory: a three-class neo-kaleckian–goodwin model. *Cambridge Journal of Economics*, Oxford University Press UK, v. 39, n. 1, p. 221–243, 2014.
- PALLEY, T. I. Inequality and growth in neo-kaleckian and cambridge growth theory. *Review of Keynesian Economics*, Edward Elgar Publishing Ltd, v. 5, n. 2, p. 146–169, 2017.
- PERROUX, F. *A economia do século XX*. [S.l.: s.n.], 1967.
- PINTO, A. Naturaleza e implicaciones de la "heterogeneidad estructural" de la américa latina. *El trimestre económico*, JSTOR, v. 37, n. 145 (1, p. 83–100, 1970.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da américa latina e seus principais problemas. *Revista Brasileira de Economia*, v. 3, n. 3, p. 47–111, 1949.
- RAZMI, A. Growth and distribution in low-income economies: modifying post-keynesian analysis in light of theory and history. *Review of Keynesian Economics*, Edward Elgar Publishing Ltd, v. 4, n. 4, p. 429–449, 2016.
- ROWTHORN, B. *Demand, real wages and economic growth*. [S.l.]: North East London Polytechnic, 1981.
- RUGITSKY, F. The rise and fall of the brazilian economy (2004-2015): the economic antimiracle. In: *45th Brazilian National Meeting of Economics (ANPEC)*. [S.l.: s.n.], 2017.
- RYOO, S. The paradox of debt and minsky's financial instability hypothesis. *Metroeconomica*, Wiley Online Library, v. 64, n. 1, p. 1–24, 2013.
- SHAPIRO, C.; STIGLITZ, J. E. Equilibrium unemployment as a worker discipline device. *The American Economic Review*, JSTOR, v. 74, n. 3, p. 433–444, 1984.
- STOCKHAMMER, E. Wage-led versus profit-led demand: what have we learned? a kaleckian–minsky view. *Review of Keynesian Economics*, Edward Elgar Publishing, v. 5, n. 1, p. 25–42, 2017.
- STOCKHAMMER, E.; ONARAN, Ö. Accumulation, distribution and employment: a structural var approach to a kaleckian macro model. *Structural Change and Economic Dynamics*, Elsevier, v. 15, n. 4, p. 421–447, 2004.
- STORM, S.; NAASTEPAD, C. Wage-led or profit-led supply: wages, productivity and investment. *Wage-Led Growth: An Equitable Strategy for Economic Recovery*, Palgrave Macmillan/ILO Basingstoke, p. 100–124, 2013.
- TAYLOR, L. *Structuralist macroeconomics: Applicable models for the third world*. [S.l.]: Basic Books New York, 1983.

TAYLOR, L. A stagnationist model of economic growth. *Cambridge Journal of Economics*, JSTOR, v. 9, n. 4, p. 383–403, 1985.

TAYLOR, L. Real and money wages, output and inflation in the semi-industrialized world. *Economica*, JSTOR, p. 329–353, 1990.

THIRLWALL, A. P. The balance of payments constraint as an explanation of the international growth rate differences. *PSL Quarterly Review*, v. 32, n. 128, 1979.

WEISSKOPF, T. E. Marxian crisis theory and the rate of profit in the postwar us economy. *Cambridge Journal of Economics*, JSTOR, v. 3, n. 4, p. 341–378, 1979.

WRIGHT, E. O. *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*. [S.l.]: Cambridge University Press, 1997.

WRIGHT, E. O. *Understanding class*. [S.l.]: Verso Books, 2015.

YOUNG, A. A. Increasing returns and economic progress. *The economic journal*, JSTOR, v. 38, n. 152, p. 527–542, 1928.